



PLANO DE INTEGRIDADE



CRCMG

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS

**CARTILHA PLANO DE INTEGRIDADE DO CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**

Rua Cláudio Manoel, n.º 639, Savassi, Belo Horizonte/MG

Fone: 55 (31) 3269-8400

Site: www.crcmg.org.br

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais:

Contadora Rosa Maria Abreu Barros

Diretor Executivo:

Mário Rogério Marotta

Elaboração:

Comissão de Gestão de Integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, nomeada pela Portaria CRCMG n.º 065/2019.

Membros: Alexsander do Prado, Fernanda de Oliveira e Sousa, Mauro Benedito Primeiro e Guilherme Abreu Mezzetti

Revisão: Délia Ribeiro Leite e Camila Matias von Randow

Distribuição Gratuita

Agosto/2019

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

Cartilha plano de integridade do CRCMG/Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais. Belo Horizonte: CRCMG. 2019.

Xp.

1. Ética. 2. Governança. 3. Gestão da qualidade. 4. Gestão de riscos. I. Título

CDU: 343.353.005.21

PALAVRA DA PRESIDENTE

A governança tem sido um foco no Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), e um dos seus pilares é pautado na gestão da ética e da integridade. Por isso, este Plano de Integridade que ora apresentamos é mais uma iniciativa do Conselho no seu compromisso com as boas práticas de governança, visando garantir à sociedade o pleno cumprimento de sua missão institucional.

Como o Conselho é encarregado de fiscalizar a conduta ética dos profissionais da contabilidade no exercício da profissão, deve ser exemplo na adoção de princípios de conduta. Por isso, a Ética é um dos valores adotados pelo CRCMG, com o qual devem estar alinhados todos os funcionários, colaboradores, delegados e conselheiros, no exercício de qualquer função na entidade.

Este Plano de Integridade, portanto, soma-se às diversas iniciativas do Conselho em favor da boa governança, tais como a manutenção, desde 2005, do sistema de gestão da qualidade, a implantação da Política de Gestão de Riscos e a adoção do Código de Conduta para Conselheiros, Funcionários e Colaboradores do Sistema CFC/CRCs.

Essas práticas, por sua vez, coadunam com os anseios da sociedade por serviços públicos prestados com qualidade e em plena conformidade com todos os requisitos legais e com os devidos padrões éticos, anseio este que se materializou na publicação da Lei Anticorrupção, em 2013 (Lei n.º 12.846), um marco a favor da integridade em todo o país. Alinhada com essa nova diretriz, a Controladoria Geral da União (CGU) lançou uma série de normativos referentes à implementação de um Plano de Integridade por órgãos e entidades da Administração Pública, os quais serviram como norte para o trabalho da Comissão de Gestão da Integridade do CRCMG, a quem eu desde já parableno pelo primoroso trabalho que está sendo desenvolvido.

Como desdobramento deste Plano de Integridade, teremos uma ampla comunicação com todos os envolvidos, de maneira a incentivar todos a se engajarem, pois a Alta Administração, neste momento, se compromete a fazer desse Plano muito mais do que um normativo: que ele seja a nossa base para uma vivência diária em favor da ética e da integridade.


Contadora Rosa Maria Abreu Barros
Presidente

1. INTRODUÇÃO

Um programa de integridade é o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção. A integridade pública está associada ao compromisso com a conduta ética, à conformidade de processos e ações e ao respeito pelo serviço público, o que requer ações preventivas e, muitas vezes, mudanças culturais e institucionais.

O Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017, em seu artigo 3º, traz a integridade como um dos princípios da governança pública. Por isso, este documento foi instituído com o propósito de ser uma ferramenta de governança capaz de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes, irregularidades, atos de corrupção e desvios de conduta, os quais podem impedir que o CRCMG alcance seus objetivos.

Nesse sentido e em cumprimento à determinação da norma citada, o CRCMG instituiu, por meio da Portaria CRCMG n.º 065/2019, sua Comissão de Gestão de Integridade, que é um grupo de trabalho multidisciplinar encarregado da elaboração, da implementação, do monitoramento, do treinamento e da avaliação do Plano de Integridade do Conselho.

O Plano de Integridade do CRCMG aqui apresentado, com vigência para o período de 2019 a 2021, fundamenta-se em princípios, valores e padrões normativos do setor público, busca sistematizar as políticas, os instrumentos e as áreas responsáveis pela integridade na entidade, assim como os seus principais riscos, medidas, áreas de atenção e os passos que a organização deve seguir na implementação de seu Programa de Integridade. Para isso, foi adotada uma abordagem baseada em riscos, de acordo a Política de Gestão de Riscos do CRCMG, com uma série de ações para a melhoria da governança, demonstrando o compromisso da Alta Administração com a integridade pública. Destaca-se, por fim, que o presente Plano foi concebido em estrita observância à missão, à visão e aos valores presentes no Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

2.1 Apresentação e finalidade

O CRCMG é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e alterações posteriores, com sua estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Como uma entidade de fiscalização profissional, o CRCMG tem por finalidade registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, fiscalizar o exercício da profissão contábil e desenvolver atividades de educação profissional continuada voltadas para os profissionais da contabilidade, visando garantir à sociedade que os trabalhos desenvolvidos por eles sejam realizados com ética, boa técnica e nos termos da legislação vigente.

O CRCMG está presente em todo o estado por meio das delegacias seccionais, que, além de cumprirem um papel de representação político-institucional, agilizam os serviços e facilitam o contato com os profissionais que residem no interior.

2.2 Estrutura regimental

O CRCMG e os demais Conselhos Regionais de Contabilidade do país, juntamente com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), integram o Sistema CFC/CRCs. Conforme previsto no Regimento Interno do CRCMG, aprovado pela Resolução CRCMG n.º 396/2018, atualmente, o Plenário do CRCMG é composto por 36 conselheiros efetivos, com igual número de conselheiros suplentes, eleitos segundo a legislação pertinente. O Plenário exerce também a função de Tribunal Regional de Ética e Disciplina (Tred), para o julgamento dos processos administrativos oriundos da Câmara de Ética e Disciplina.

O Conselho Diretor é constituído pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes de Administração e Planejamento, de Ética e Disciplina, de Fiscalização, de Registro, de Controle Interno, de Desenvolvimento Profissional e de Relacionamento Institucional. Os demais conselheiros efetivos compõem, como membros, as Câmaras de Gestão de Recursos, de Ética e Disciplina, de Fiscalização, de Registro, de Controle Interno, de Desenvolvimento Profissional e de Relacionamento Institucional, com os respectivos Vice-Presidentes.

Quadro 1 - Composição da Alta Administração

Órgãos de deliberação coletiva

Plenário: 36 conselheiros efetivos e respectivos conselheiros suplentes
Aprova os critérios e procedimentos de fiscalização, desenvolvimento profissional e registro da profissão; julga relatórios, contas e demonstrações contábeis; aprecia e vota proposições sobre matéria de sua competência legal e regimental.

Conselho Diretor: Presidente e Vice-Presidentes
Delibera sobre questões ligadas à organização e administração do CRCMG; estuda e planifica a gestão orçamentária, administrativa e financeira.

Órgãos de deliberação singular

Presidência:

Contadora Rosa Maria Abreu Barros

Vice-Presidências:

Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
(Vice-Presidente de Administração e Planejamento)

Contador Milton Mendes Botelho
(Vice-Presidente de Controle Interno)

Contadora Suely Maria Marques de Oliveira
(Vice-Presidente de Ética e Disciplina)

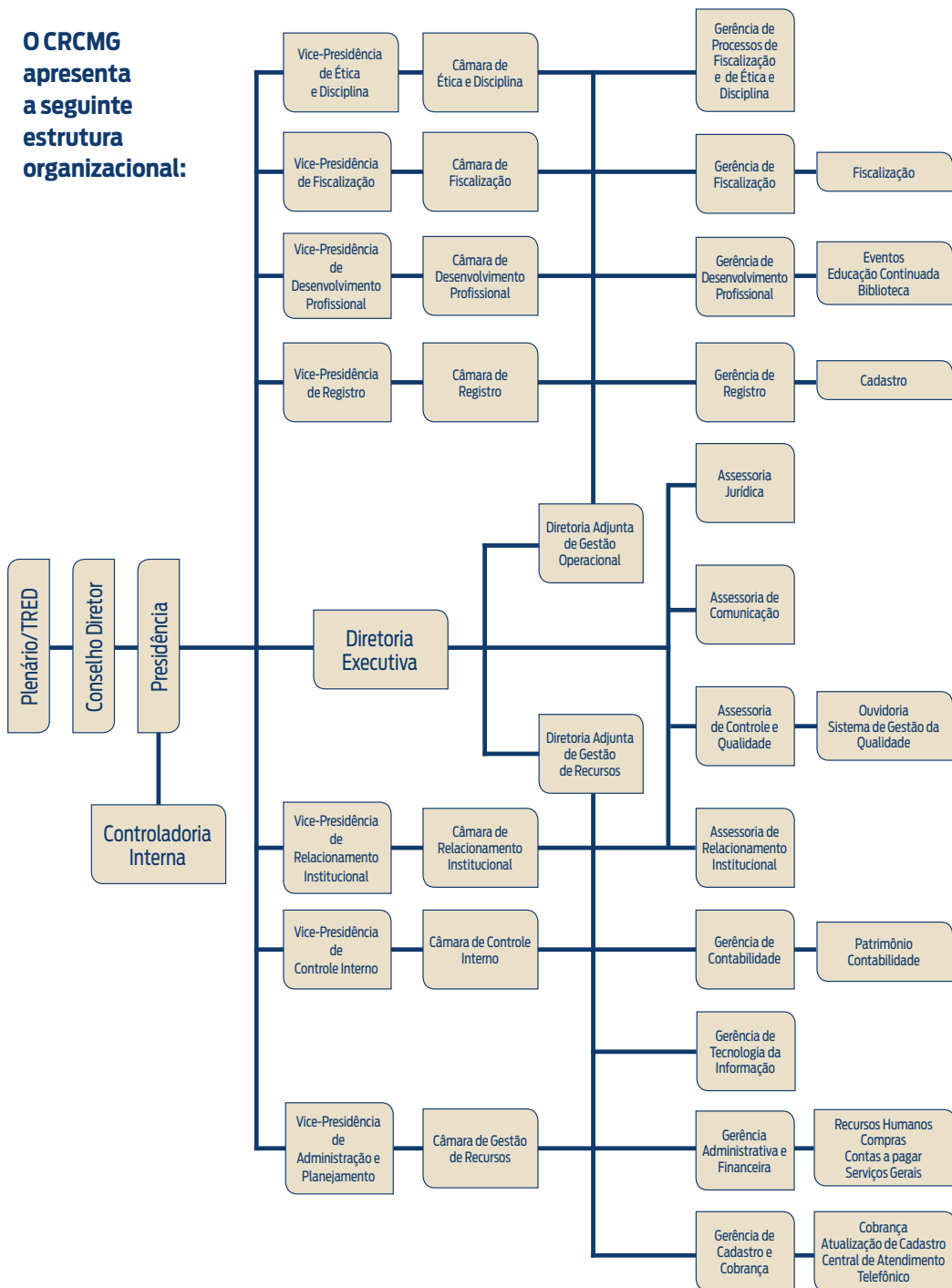
Contador Jens Erik Hansen
(Vice-Presidente de Fiscalização)

Técnico em Contabilidade Romualdo Eustáquio Cardoso
(Vice-Presidente de Registro)

Contadora Jacqueline Aparecida Batista de Andrade
(Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional)

Contador Oscar Lopes da Silva
(Vice-Presidente de Relacionamento Institucional)

O CRCMG apresenta a seguinte estrutura organizacional:



2.3 Principais parcerias

O CRCMG firma parcerias com outros órgãos ou entidades públicas e privadas, para a realização de ações conjuntas que possam contribuir para a consecução dos objetivos institucionais.

Principais parcerias institucionais:

- **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:** termo de cooperação que tem por objetivo a cooperação técnica entre as partes visando a colaboração e assistência mútua.

- **Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP):** termo de cooperação para a realização de conteúdos de cursos a distância, que visam atualizar os profissionais da contabilidade.

- **Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG):** termo de cooperação com o objetivo de promover a cooperação institucional para o desenvolvimento de eventos de capacitação e aperfeiçoamento, especialmente relacionados ao tema “Financiamento e prestação de contas eleitorais e partidárias”, a serem realizados na capital e no interior do Estado de Minas Gerais.

- **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:** parceria voltada à difusão do conhecimento contábil e à prestação mútua de informações relativas a serviços de profissionais da área de contabilidade, especialmente de responsáveis técnicos pela contabilidade das prefeituras municipais do Estado de Minas Gerais e dos demais órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal sob jurisdição do Tribunal.

- **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG):** parceria voltada à troca de informações cadastrais de pessoa jurídica, à transferência de conhecimentos, bem como à realização de palestras e eventos que visem atualizar os profissionais registrados e habilitados tanto no Crea-MG quanto no CRCMG sobre as legislações que impactam suas atividades.

- **Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG):** parceria que tem como objetivo a transferência de conhecimentos, divulgações de eventos, bem como a realização de atividades educativas, palestras e eventos que visem atualizar os empresários e profissionais da contabilidade sobre as legislações que impactam suas atividades.

- **Federação dos Contabilistas do Estado de Minas Gerais (Fecon-MG):** termo de cooperação técnica para a transferência de conhecimentos, divulgações de eventos, bem como a realização de atividades educativas, palestras e eventos que visem atualizar os profissionais da contabilidade sobre as legislações que impactam suas atividades.

A relação completa dos acordos e convênios celebrados pelo CRCMG com órgãos públicos e outras instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, está disponibilizada no endereço eletrônico <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=Wr+YRKxxVII=>

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1 Missão, visão, valores e diretrizes do Planejamento Estratégico

Em 2018, através da Resolução CFC nº 1.548, de 16 de agosto de 2018, foi aprovado o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018-2027 em observância à missão, à visão e aos valores organizacionais concebidos no Plano de Gestão de Riscos do CFC, aprovado pela Resolução CFC nº 1.532, de 24 de novembro de 2017.

Desde sua primeira certificação na Norma ISO 9001:2001, em 2005, o CRCMG definiu sua missão e sua visão, que guiam os projetos e as atividades desenvolvidos pela entidade em prol da sociedade e da profissão contábil, os quais já passaram por revisões, para melhor se adequarem à realidade do Conselho. Em 2016, o CRCMG definiu seu Planejamento Estratégico, no qual são documentados os objetivos da qualidade, seus respectivos indicadores e as partes interessadas. Com adoção do Planejamento Estratégico pelo Sistema CFC/CRCs, o CRCMG adequou a sua missão, visão e valores em consonância com os estabelecidos pelo Sistema CFC/CRCs.

No escopo da certificação ISO 9001:2015, estão todos os processos finalísticos – registro, fiscalização do exercício da profissão contábil e educação profissional continuada – e, também, diversos processos de apoio: finanças, comunicação, administrativo, tecnologia da informação, atendimento e biblioteca. A certificação tem sido essencial para que o CRCMG adote uma cultura organizacional de melhoria contínua, buscando atender plenamente os requisitos dos usuários de seus serviços e garantir a qualidade das atividades.

Missão do Sistema CFC/CRCs

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão do Sistema CFC/CRCs

Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

- Ética;
- Excelência;
- Confiabilidade;
- Transparência.

Política de qualidade

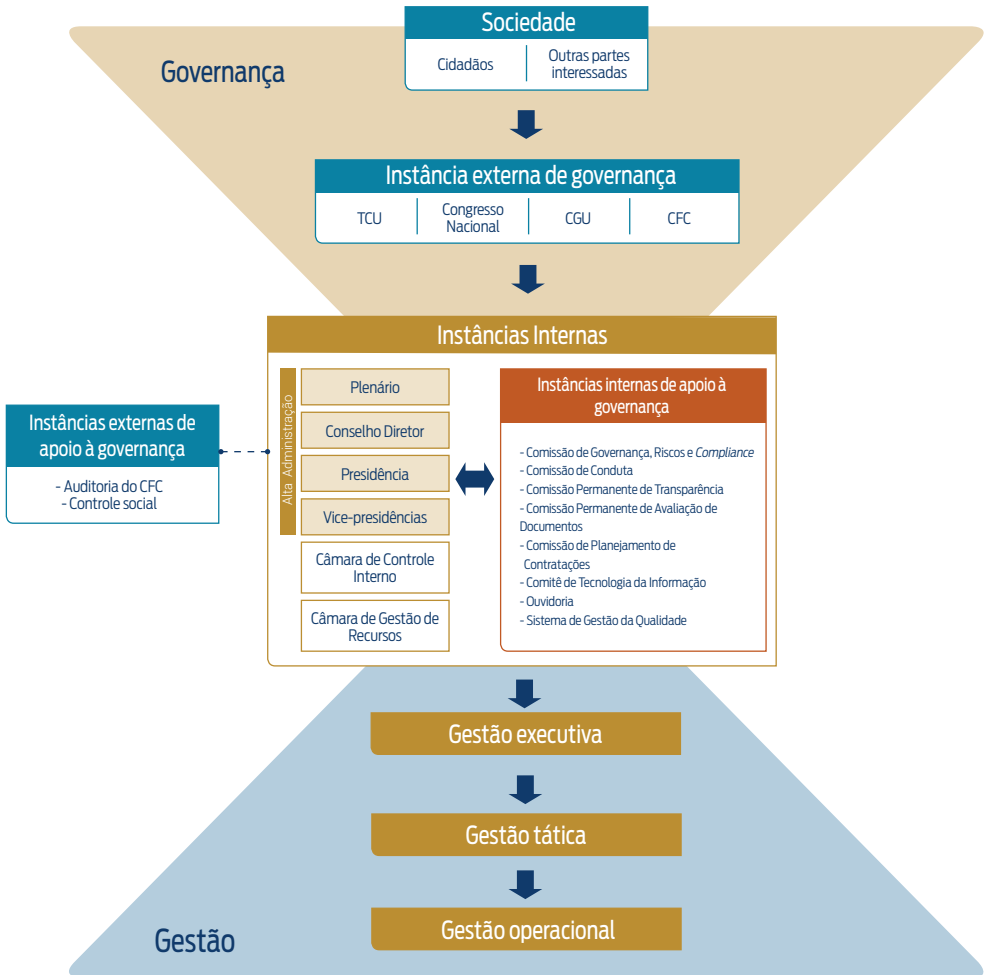
O CRCMG tem o compromisso de garantir a qualidade dos serviços de registro, fiscalização e educação continuada do profissional da contabilidade, assegurando a melhoria contínua do sistema de governança e *compliance*.

Objetivos da qualidade

- Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro, fiscalização e educação continuada;
- Fortalecer a imagem do CRCMG perante a sociedade e a classe contábil;
- Assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão;
- Fortalecer o conhecimento e as habilidades técnicas dos conselheiros e funcionários do CRCMG.

Para ser recertificado na versão 2015 da norma, o Conselho implementou a gestão de riscos, definiu seu planejamento estratégico e aprimorou processos. A partir daí, o sistema de governança foi mapeado e foi criada a Comissão de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC), que, por determinação da Alta Administração e com o apoio de todas as instâncias internas, realiza um estudo com a finalidade de evidenciar e reforçar as boas práticas de governança já adotadas, bem como diagnosticar necessidades de melhoria e implementar mudanças que garantam ainda mais a governança na entidade.

No CRCMG, a Governança compreende a seguinte estrutura:



3.2 Instrumentos legais internos relativos à área de integridade

As principais políticas e normas internas que influenciam o Programa de Integridade e estão vigentes no CRCMG são:

Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG (PCCS)

- Aprovado pela Resolução CRCMG n.º 311/2009 e homologado pelo então Ministério do Trabalho e Emprego. Estabelece os requisitos e as atribuições de todos os cargos, inclusive os de liderança. Documenta a composição da força de trabalho no CRCMG, as faixas salariais e as normas referentes à progressão.

Portaria CRCMG n.º 006/2011 - Regulamento de Empregados do CRCMG.

Resolução CRCMG n.º 325/2011 - Aprova o Regulamento de Processo Administrativo.

Resolução CFC n.º 1.523/2017 - Código de Conduta para Conselheiros, Colaboradores e Funcionários do Sistema CFC/CRCs.

Portaria CRCMG n.º 002/2017 - Altera limites e instâncias de governança para a contratação e o pagamento de bens e serviços, bem como de gastos com diárias e passagens no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

Portaria CRCMG n.º 037/2017 - Comitê de Tecnologia da Informação: delibera políticas, diretrizes e planos relativos à área de TI, analisa os principais investimentos e as prioridades de forma integrada com as estratégias do CRCMG.

Portaria CRCMG n.º 174/2017- Regulamento de Utilização de Recursos de Tecnologia de Informação CRCMG.

Portaria CRCMG n.º 177/2017 - Política de Segurança da Informação do CRCMG.

Portaria CRCMG n.º 191/2017 - Nomeia a Comissão de Conduta do CRCMG: apura as denúncias de infrações ao Código de Conduta para colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade; orienta, dirime dúvidas, esclarece e julga comportamentos com indícios de desvios de conduta.

Portaria CRCMG n.º 01/2018 - Comissão de Planejamento de Contratações - Elabora o Plano Anual de Aquisições, os estudos preliminares e o gerenciamento de riscos de cada processo licitatório, conforme prevê a IN MPDG n.º 05/2017.

Portaria CRCMG n.º 04/2018 - Comissão Permanente de Transparência: define, acompanha as ações e faz cumprir as políticas de transparência organizacional, em consonância com a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Resolução CFC n.º 1.439/2013.

Portaria CRCMG n.º 107/2018 - Institui a Comissão de Governança, Riscos e *Compliance* do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais: propõe a priorização dos riscos e as possíveis respostas aos riscos-chave, submetidas à aprovação do Conselho Diretor. Também trabalha no diagnóstico da situação atual do CRCMG quanto aos requisitos de governança e coordena o processo de conscientização de funcionários e conselheiros.

Resolução CRCMG n.º 396/2018 - Regimento Interno do CRCMG. Carta de Serviços ao Cidadão - Em conformidade com a Lei n.º 13.460/2017, em fevereiro de 2018, o CRCMG publicou sua Carta de Serviços ao Cidadão, que elenca todos os serviços prestados pelo Conselho, com seus requisitos e prazos, e é um marco na transparência. A Carta de Serviços possibilita ao cidadão acompanhar e cobrar o disposto, exercendo o controle social.

Portaria CRCMG n.º 063/2019 - Institui o Comitê de Segurança da Informação do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

Portaria CRCMG n.º 072/2019 - Designa membros integrantes da comissão de licitação.

Portaria CRCMG n.º 073/2019 - Designa pregoeiros e compõe a equipe de apoio do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, para atuarem nas licitações na modalidade Pregão.

Resolução CRCMG n.º 408/2019 - Dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Operacional do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG).

Resolução CRCMG n.º 410/2019 - Aprova alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, bem como em seus anexos III e VII.

4. COMPROMETIMENTO E APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Segundo o artigo 4º do Decreto n.º 9.203/2017, uma das diretrizes da governança pública, é

[...] fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

O quadro 2 relaciona as principais ações e medidas de integridade desenvolvidas pela Alta Administração do CRCMG que evidenciam o seu comprometimento com o desenvolvimento e a melhoria contínua do Programa de Integridade. Essas ações, já realizadas ou futuras, podem envolver desde a revisão de funções ou de estruturas organizacionais até o fomento de boas práticas e princípios éticos.

Quadro 2 - Ações de comprometimento e apoio da Alta Administração

Ações	Responsável	Realizado em
Publicação de Portaria de instituição da Comissão de Gestão de Integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais	Presidente	Abril/2019
Aprovação da 1ª versão do Plano de Integridade do CRCMG	Presidente	Setembro/2019
Publicação do Plano de Integridade do CRCMG	Presidente	Novembro/2019
Solicitação de apoio ao projeto de Implantação do Plano de Integridade para os conselheiros, delegados, colaboradores e funcionários do CRCMG	Presidente	A definir
Prover apoio técnico e administrativo à Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG para o seu pleno funcionamento	Alta Administração	Sempre que necessário

5. INSTÂNCIAS DE INTEGRIDADE E UNIDADE RESPONSÁVEL

5.1 Instância de integridade

O CRCMG possui as seguintes instâncias e estruturas de gestão de integridade implementadas:

Câmara de Controle Interno - composta pelo Vice-presidente de Controle Interno e três conselheiros, essa câmara acompanha a gestão financeira, orçamentária e patrimonial do CRCMG, examinando as despesas quanto à sua legalidade, economicidade, eficácia e eficiência.

Câmara de Gestão de Recursos - composta pelo Vice-presidente de Administração e Planejamento e três conselheiros, a câmara busca melhorar o desempenho operacional e os resultados do CRCMG, mantendo uma política de contenção de gastos e de qualidade dos serviços prestados.

Comissão de Governança, Riscos e Compliance - comissão que propõe a priorização dos riscos e as possíveis respostas aos riscos-chave, submetidas à aprovação do Conselho Diretor. Também trabalha no diagnóstico da situação atual do CRCMG quanto aos requisitos de governança e coordena o processo de conscientização de funcionários e conselheiros.

Sistema de Gestão da Qualidade - formaliza o compromisso do CRCMG com o foco no cliente e a melhoria contínua, sendo que praticamente todos os processos organizacionais estão mapeados e documentados. Anualmente, são realizadas as auditorias interna e externa, para verificar a conformidade das atividades com os procedimentos definidos, os requisitos legais e a Norma ISO 9001:2015.

Comissão de Conduta - apura as denúncias de infrações ao Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais; orienta, dirime dúvidas, esclarece e julga comportamentos com indícios de desvios de conduta.

Comissão de Planejamento de Contratações - elabora o Plano Anual de Aquisições, os estudos preliminares e o gerenciamento de riscos de cada processo licitatório, conforme prevê a IN MPDG n.º 05/2017.

Comitê de Política de Segurança da Informação - atua preventiva e coercitivamente visando garantir o cumprimento das normas referentes à Política de Segurança da Informação do CRCMG, incluindo o Regulamento de Utilização de Recursos Computacionais do CRCMG e normas relacionadas e apoia a implantação de soluções para eliminar ou minimizar os riscos da segurança da informação.

Auditoria interna - o CRCMG é anualmente auditado pelo CFC, sendo os resultados analisados pela Câmara de Controle Interno do Regional, conforme a Resolução CFC n.º 1.370/2011, alterada pela Resolução CFC n.º 1.505/2016. O Conselho passa também por auditoria interna do Sistema de Gestão da Qualidade.

Ouvidoria - a Ouvidoria, cujo acesso é feito por meio do portal do CRCMG, é um canal de comunicação essencial para o processo de melhoria da gestão, já que as manifestações procedem dos usuários dos serviços.

Portal da Transparência - o CRCMG mantém o Portal da Transparência e Acesso à Informação, que atende aos requisitos estabelecidos na Lei n.º 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que objetiva fornecer informações sobre os atos e os fatos de gestão praticados pela gestão pública.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) - por meio do Portal da Transparência, é possível ao cidadão realizar pedido de acesso a informações e dados, por meio do e-SIC, favorecendo o controle social.

Controladoria Interna - coordena e executa as ações de controle interno do CRCMG, assegurando a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, legitimidade, integridade, confiabilidade, adequação e eficácia dos procedimentos, das práticas e das informações orçamentárias, contábeis, patrimoniais, administrativas, financeiras e operacionais

5.2 Ações de promoção da integridade

A Portaria n.º 57, de 4 de janeiro de 2019, que altera a portaria CGU n.º 1.089, de 25 de abril de 2018, que estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências, dispõe, em seu artigo Art. 6º, que “Para o cumprimento do disposto no inciso II do art. 5º desta Portaria, os órgãos e as entidades deverão atribuir a unidades novas ou já existentes as competências

correspondentes aos seguintes processos e funções”, listando, então, seis processos e funções de promoção à integridade, que são: promoção da ética e de regras de conduta para servidores, promoção da transparência ativa e do acesso à informação, tratamento de conflitos de interesses e nepotismo, tratamento de denúncias, verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria e implementação de procedimentos de responsabilização.

O quadro abaixo apresenta as ações de promoção da integridade no CRCMG com seus respectivos responsáveis.

Quadro 3 - Ações de promoção da integridade no CRCMG	
Ação de promoção da integridade	Responsáveis
Promoção da ética e de regras de conduta para servidores	Comissão de Conduta Comitê de Política de Segurança da Informação Regulamento de Processo Administrativo - comissão nomeada por meio de portaria específica
Promoção da Transparência Ativa	Controladoria Interna Comissão Permanente de Transparência Câmara de Gestão de Recursos Câmara de Controle Interno Portal da Transparência
Promoção do Acesso à Informação	Comissão Permanente de Transparência Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) Ouvidoria Portal da Transparência
Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo	Comissão de Conduta Controladoria Interna Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i> Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos.
Tratamento de denúncias	Ouvidoria Comissão de Conduta
Verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria	Câmara de Controle Interno Controladoria Interna Sistema de Gestão da Qualidade Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i> Auditoria interna do CFC

5.3 Unidade responsável pelo Plano de Integridade

A Comissão de Gestão de Integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, designada pela Portaria n.º 065/2019, de 24 de abril de 2019, é responsável pelo Plano de Integridade do CRCMG.

As ações da comissão para o levantamento dos riscos à integridade no CRCMG e o gerenciamento e monitoramento desses riscos foram realizados conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 - Ações para levantamento, gerenciamento e monitoramento dos Riscos de Integridade do CRCMG

Ações	Responsável	Realizado em
Designação da Comissão de Integridade através da Portaria CRCMG n.º 065/2019	Presidência	Abril/2019
Reuniões para discussão e definição de critérios para seleção de riscos à integridade identificados na metodologia	Comissão de Gestão de Integridade	Maio a Julho/2019
Aplicação de metodologia de levantamento de riscos de integridade	Comissão de Gestão de Integridade	Maio a Julho/2019
Revisão e levantamento da Gestão de Riscos identificando os riscos à integridade	Comissão de Gestão de Integridade	Maio a Julho/2019
Definição dos riscos de integridade do CRCMG	Comissão de Gestão de Integridade	Julho/2019
Aprovação do Plano de Integridade do CRCMG	Presidência	Setembro/19
Reuniões com áreas para levantamentos de outros riscos à integridade	Comissão de Gestão de Integridade	A definir

6. GERENCIAMENTO DE RISCO À INTEGRIDADE

Segundo o artigo 4º do Decreto n.º 9.203/2017, uma das diretrizes da governança pública é

[...]

VI – implementar controle internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

O gerenciamento de riscos à integridade é um dos fundamentos que torna o Programa de Integridade sustentável, a partir da prevenção, detecção, punição e remediação de eventos que confrontem ou ameacem os princípios éticos e a adoção do monitoramento de controles internos que auxiliam no alcance dos objetivos do CRCMG, preservando sua boa imagem e a confiança da sociedade. Esse gerenciamento obedece às diretrizes da Política de Gestão de Riscos e às etapas previstas na Metodologia de Gestão de Riscos.

Para a elaboração deste plano, a Comissão usou como referência os conceitos apresentados no Manual para Implementação de Programas de Integridade da Controladoria Geral da União (CGU). Entende-se como risco a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. É considerado risco à integridade evento relacionado a corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, que possa comprometer os valores e padrões preconizados pela instituição e a realização de seus objetivos.

6.1 Gestão de riscos no CRCMG

A Política de Gestão de Riscos do CRCMG foi definida em 2017, por meio da Portaria CRCMG n.º 132/2017, com a declaração das intenções e diretrizes gerais do Conselho relacionadas à gestão de riscos. Já o processo de implementação da gestão de riscos na entidade começou bem antes, tão logo foi editada a Norma ISO 9001:2015. O levantamento dos riscos pelas áreas foi realizado de maio a junho de 2016 e, em janeiro de 2017, foi publicado o procedimento geral com as normas operacionais referentes à gestão de riscos.

Os riscos de todas as áreas foram mapeados e classificados como tolerável, moderado ou crítico pelo respectivo gestor e são submetidos à Comissão de Governança, Riscos e *Compliance*, responsável por analisar os riscos moderados e críticos, avaliar o nível de tolerância e indicar ações mitigadoras conforme os critérios de gravidade, urgência e tendência. Cabe ao Conselho Diretor avaliar e

aprovar a escala de prioridades, assim como as respostas aos riscos. Portanto, a gestão de riscos é relevante para a alta administração como orientadora do processo de tomada de decisões.

A Comissão de Gestão de Integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais realizou a análise de todos os riscos já elencados pelas áreas para avaliar quais são relativos à integridade, com base na Portaria CGU n.º 1.089/2018, que regulamenta o Decreto n.º 9.203/2017 e estabelece procedimentos para estruturação, execução e monitoramento de programas de integridade em órgãos e entidades do Governo Federal; nas orientações do Manual de Implementação de Programas de Integridade do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União; e no Artigo 19 do Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017, que estabelece que o programa de integridade,

com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, seja estruturado nos seguintes eixos:

I - comprometimento e apoio da alta administração;

II - existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;

III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e

IV - monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade

Após essa etapa, foram levantados e mapeados os riscos de integridade já existentes entre aqueles identificados pelas áreas, seguindo a Política de Gestão de Riscos do CRCMG.

A Comissão verificou que existem apontamentos por partes das áreas de apenas quatro riscos de integridade, percebendo, assim, a necessidade de, após a aprovação do Plano de Integridade, realizar uma avaliação pormenorizada dos processos para a identificação dos riscos de integridade junto às áreas sensíveis à sua ocorrência, exigindo um estudo detalhado sobre a questão, o que se constituirá em uma das etapas do Programa de Integridade do CRCMG.

Também foi realizada análise do histórico de possíveis casos de quebra de integridade envolvendo a entidade e seus funcionários, delegados, conselheiros e colaboradores, tais como conflitos de interesses, dilemas éticos, corrupção, ne-

potismo, etc. Além disso, foram analisadas também reclamações encaminhadas e tratadas pela ouvidoria de fatos pretéritos.

O Apêndice I mostra as sete categorias de riscos à integridade do CRCMG.

O Apêndice II apresenta as etapas de metodologia de gestão de riscos em riscos à integridade.

6.2 Identificação e classificação dos riscos à integridade

Os riscos de integridade do CRCMG foram mapeados, classificados e analisados seguindo os critérios da Política de Gestão de Riscos já implementada pelo Conselho e descritos no item anterior.

Para a avaliação da magnitude do risco à integridade usou-se as escalas de severidade, abrangência e frequência.

Quadro 5 - Escalas para avaliação dos riscos à integridade

Severidade	Abrangência	Frequência
Baixa - valor 1: Levemente prejudicial. Impactos que não comprometem substancialmente os níveis de integridade do CRCMG	Local - valor 1: Afeta aquela situação especificamente a que está relacionada.	Rara - valor 1: A ocorrência daquele evento é pequena.
Moderada - valor 2: Prejudicial. Impactos que comprometem os níveis de integridade do CRCMG	Adjacente - valor 2: Afeta mais de uma situação.	Eventual - valor 2: A ocorrência daquele evento é ocasional.
Alta - valor 3: Extremamente prejudicial. Impactos que comprometem substancialmente os níveis de integridade do CRCMG.	Global - valor 3: Afeta várias situações internas e externas, impactando as ações de integridade do CRCMG	Frequente - valor 3: O evento ocorre sempre, por diversas vezes.

A classificação final do risco à integridade consiste na multiplicação dos valores atribuídos aos fatores severidade, abrangência e frequência: $CLASSE = SEVERIDADE \times ABRANGÊNCIA \times FREQUÊNCIA$.

A pontuação mínima possível a um determinado impacto é 1 (1 x 1 x 1), indicando que o aspecto não provoca qualquer efeito adverso. A pontuação máxima possível é 27 (3 x 3 x 3), o que significa que o aspecto é extremamente prejudicial.

A classificação do impacto obedece ao agrupamento definido abaixo:

Resultado de 1 a 4: Risco tolerável.

Resultado de 6 a 12: Risco moderado.

Resultado de 18 a 27: Risco crítico.

O risco inerente corresponde à multiplicação dos fatores “severidade” e “abrangência”, podendo ser:

Pequeno, quando o resultado da multiplicação for 1 ou 2.

Médio, quando o resultado da multiplicação for 3 ou 4.

Grande, quando o resultado da multiplicação for 6 ou 9.

O tratamento de riscos à integridade envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções, que podem ser:

- a) aceitar o risco;
- b) transferir ou compartilhar o risco com outra parte;
- c) evitar o risco pela decisão de descontinuar ou não iniciar a atividade;
- d) abrir plano de ação para mitigar ou reduzir o risco.

Caberá a Alta Administração, após a aprovação do Plano de Integridade, definir o nível de risco que estará disposta a aceitar para a realização de seus objetivos, apontando aqueles que serão aceitos, transferidos, tratados ou mitigados.

Após a definição sobre a priorização dos riscos, realizada pela Alta Administração, caberá à Comissão de Integridade do CRCMG avaliar a necessidade de abertura de plano de ação, cuja aprovação deverá ser submetida à Alta Administração.

A metodologia GUT, que considera os critérios de Gravidade, Urgência e Tendência, serão os mesmos estabelecidas pelo Sistema de Gestão da Qualidade, no que se refere ao Processo de Gestão de Riscos e Oportunidades.

Após a avaliação realizada pela Comissão, foram identificadas as principais áreas de riscos à integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, assim como os processos mais vulneráveis.

Quadro 6 - Principais áreas de riscos à integridade do CRCMG

Áreas	Processos de risco
Alta Administração	Fixação de metas e padrões no desempenho do plano de trabalho. Avaliação dos resultados envolvendo as metas e padrões de desempenho do plano de trabalho. Adoção de metas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Engajamento da alta direção na aplicação dos programas de integridade, riscos, governança e <i>compliance</i> .
Acesso à Informação	Atendimento presencial de cidadãos no SIC. Fornecimento de informações no âmbito do direito previsto na Lei n.º 12.527/2011.
Acordos, parcerias e convênios	Seleção de beneficiários, convenientes e parceiros, através de chamamento público. Celebração de convênios e termos de parcerias.
Atendimento ao Público	Atendimento presencial e por outros meios de comunicação. Fornecimento de serviços públicos.
Auditoria e Controladoria	Identificação e apuração de fatos presumidamente ilegais e irregulares.
Compras públicas	Aquisição de bens e contratação de produtos e serviços.
Delegados Seccionais e Colaboradores de Comissões	Nomeação ou designação de pessoas para representação do Conselho em regiões do estado ou determinados segmentos da sociedade.
Conselho e órgãos colegiados	Processo de tomada de decisões colegiadas.
Correição	Apuração de responsabilidade administrativa, pela Diretoria Executiva (abertura de Processo Administrativo Disciplinar), pela Comissão de Conduta do CFC (conselheiros) e/ou Comissão de Conduta CRCMG (funcionários e colaboradores).

continua >>>

Quadro 6 - Principais áreas de riscos à integridade do CRCMG

Áreas	Processos de risco
Diárias, auxílio deslocamento e passagens	Compra de passagens, pagamento de diárias e auxílio deslocamento. Deslocamento de funcionários, delegados, colaboradores e conselheiros em desacordo com o interesse público e a legislação vigente.
Gestão de informações	Gestão de informações sob guarda do CRCMG de caráter restrito e sigiloso.
Gestão de pessoas	Concurso público. Contratação de consultores e terceirizados. Contratação de pessoa para vaga de estágio. Nomeação de funcionário para cargo em comissão ou função de confiança. Demissão de funcionários. Exoneração e demissão de funcionários ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento. Deslocamento de funcionários, delegados e colaboradores por motivo privado. Pagamentos de verbas indenizatórias.
Gestão Patrimonial	Controle de existência de ativos patrimoniais.
Licitações e contratos	Contratações diretas, sem licitação. Contratações de produto ou serviço em processo licitatório. Definição de objetos, serviços e empreendimentos a serem implementados. Definição da ordem de prioridade dos projetos a serem implementados ou da solução tecnológica a ser contratada. Definição de aquisições e contratações a serem realizadas no exercício. Qualificação da demanda do bem ou serviço a ser licitado. Elaboração de cláusulas restritivas à competitividade no edital do processo licitatório. Elaboração do preço de referência da licitação. Análise de preços em contratos de obras públicas.

continua >>>

Quadro 6 - Principais áreas de riscos à integridade do CRCMG

Áreas	Processos de risco
Licitações e contratos	<p>Crterios de avaliaão e adjudicaão das propostas.</p> <p>Gestão de contratos.</p> <p>Aditivo de contratos.</p> <p>Fiscalizaão de contratos.</p> <p>Aquisião de serviços de informática.</p> <p>Controle de estoques de <i>softwares</i>.</p> <p>Contrataão de serviços de consultoria.</p> <p>Contrataão de serviços de publicidade e propaganda.</p> <p>Cadastro de fornecedores fora do SICAF – inclusões, atualizaões e utilizaão.</p> <p>Estabelecimento de prazo de vigência contratual.</p>
Ouvidoria	<p>Processo de recebimento, análise inicial (triagem), resposta de manifestaões, por meio do sistema fornecido pelo CFC.</p> <p>Tratamento das manifestaões.</p> <p>Apuraão de fatos presumidamente ilegais/irregulares.</p>
Prestação de serviços	<p>Prestação de serviços em regime de monopólio, tendo em vista que as atividades exercidas pelo CRCMG são estabelecidas em lei, através do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e demais alterações, regulando a obtenção de registro profissional, a fiscalizaão das atividades profissionais e a promoão da educaão profissional continuada.</p>
Processos sancionadores	<p>Processo de investigaão de suposto ato ilícito.</p> <p>Definião e aplicaão de sanções.</p>
Fiscalizaão	<p>Cumprimento de normas e regras voltadas ao exercício profissional.</p> <p>Fiscalizaão dos profissionais da contabilidade, organizaões contábeis e entidades não contábeis.</p> <p>Autuaão.</p> <p>Decisões colegiadas.</p>
Renúncias e remissão de receitas	<p>Seleção de proponentes e beneficiários em desacordo com a legislaão específica.</p>

7. RISCOS DE INTEGRIDADE IDENTIFICADOS NO MAPA DE RISCOS DO CRCMG

Durante a análise do mapa de riscos do CRCMG, a Comissão de Gestão da Integridade evidenciou a existência de quatro riscos de integridade já definidos pelas áreas responsáveis, bem como as formas de tratamento e monitoramento. Porém, dos quatro riscos verificados, a Comissão entende que aquele relacionado ao ‘extravio de obras’ de responsabilidade da Biblioteca não se trata de risco relacionado à integridade.

Como abordado anteriormente, é necessário, após a aprovação do Plano de Integridade, a avaliação pormenorizada dos processos para a identificação dos riscos junto às áreas sensíveis a sua ocorrência.

O Quadro 7 apresenta os referidos riscos à integridade:

Quadro 7 - Riscos à integridade do CRCMG

Fatores de risco	Risco associado	Relevância	Medidas de integridade existentes	Recomendação	Detalhamento da implementação
Recebimento indevido de valores ou vantagens pelo fiscal/Gerente de Fiscalização do CRCMG	Conduta profissional inadequada Uso indevido ou manipulação de dados/informações	Severidade - 3 Abrangência - 3 Frequência - 19	Nenhuma	Acompanhar as ações fiscais através de amostra para verificação de possível quebra de integridade Registrar casos concretos ocorridos	Responsável: Gerência de Fiscalização
Falta de imparcialidade no julgamento de processos de Fiscalização e de Ética e Disciplina	Uso indevido de autoridade Conflito de interesse Ameaça à imparcialidade e autonomia técnica	Severidade - 3 Abrangência - 3 Frequência - 218	Realizado treinamento para os conselheiros, ministrado pela vice-presidente de Fiscalização do CFC, em relação à aplicação da Resolução CFC n.º 1309/2010 e demais súmulas relacionadas ao assunto.	Inspeções que serão realizadas pelo CFC para verificação do cumprimento dos procedimentos de julgamento dos processos de Fiscalização e de Ética e Disciplina	Responsável: Gerência de Processos de Fiscalização e de Ética e Disciplina Vice-presidência de Ética e Disciplina

continua >>>

Quadro 7 - Riscos à integridade do CRCMG

Fatores de risco	Risco associado	Relevância	Medidas de integridade existentes	Recomendação	Detalhamento da implementação
Vazamento de informações sigilosas	Uso indevido ou manipulação de dados/informações	Severidade - 3 Abrangência - 3 Frequência - 1 9	Criada a Portaria CRCMG n.º 174/2017, que regulamenta a utilização de recursos computacionais, a Portaria CRCMG n.º 177/2017, que trata da política de segurança da informação e a Portaria CRCMG n.º 063/2019 que institui o Comitê de Segurança e define regimentos sobre os assuntos	Adoção dos procedimentos constantes nas Portarias	Responsável: Gerência de Tecnologia da Informação Diretoria Adjunta de Gestão de Recursos
Indicação de terceiros para a realização de serviços de interesse privado.	Conflito de Interesses	Severidade - 3 Abrangência - 3 Frequência - 1 9	Regulamento de Empregados do CRCMG Código de Conduta	Adoção dos procedimentos constantes nos normativos Treinamento dos funcionários	Responsável: Gerente da área Comissão de Conduta Diretoria Executiva
Não cumprimento do plano de trabalho/ tarefas estipuladas pela chefia imediata	Conduta profissional inadequada	Severidade - 2 Abrangência - 3 Frequência - 2 12	Regulamento de Empregados do CRCMG Código de Conduta	Adoção dos procedimentos constantes nos normativos Treinamento dos funcionários	Responsável: Gerente da área Comissão de Conduta Diretoria Executiva
Uso indevido de bens móveis e imóveis do CRCMG	Desvio de pessoal ou de recursos materiais	Severidade - 3 Abrangência - 2 Frequência - 2 12	Regulamento de Empregados do CRCMG Código de Conduta Portaria CRCMG n.º 174/2017, que regulamenta a utilização de recursos computacionais Portaria CRCMG n.º 177/2017, que trata da política de segurança da informação	Adoção dos procedimentos constantes nos normativos Acompanhamento das situações que são passíveis da ocorrência do risco	Responsável: Gerente da área Comissão de Conduta Gerência de TI Diretoria Executiva

8. MONITORAMENTO, ATUALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

São diretrizes da governança pública:

[...] IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação. (Art. 4º do Decreto nº 9.203/2017)

As estratégias de monitoramento contínuo objetivam acompanhar as ações previstas neste Plano de Integridade e aprovadas pela Alta Administração, com vistas a avaliar os resultados alcançados. No escopo do monitoramento contínuo, incluem-se as medidas de tratamento dos riscos à integridade, a promoção de capacitação de líderes, conselheiros e funcionários, as medidas de fortalecimento das instâncias relacionadas ao tema e os meios de comunicação e reporte utilizados pelo programa.

O quadro 8 descreve as ações de monitoramento do Plano de Integridade do CRCMG.

Quadro 8 - Ações de Monitoramento do Plano de Integridade do CRCMG

Ações de Monitoramento	Responsáveis	Prazo
Divulgação do Plano de Integridade do CRCMG nos meios de comunicação do Conselho	Comissão de Gestão de Integridade Assessoria de Comunicação Alta Administração	A definir – Após a aprovação do Programa de Integridade
Levantamento junto às áreas sensíveis do CRCMG dos riscos que envolvem a integridade da entidade, mediante a aplicação e consolidação de questionários de avaliação de riscos para funcionários e Instâncias de Integridade do CRCMG	Comissão de Gestão de Integridade Controladoria Interna Diretorias, assessorias, gerências e colegiado	A definir – Após a aprovação do Plano de Integridade

continua >>>

Quadro 8 - Ações de Monitoramento do Plano de Integridade do CRCMG

Ações de Monitoramento	Responsáveis	Prazo
Relacionar os principais fatores de risco do órgão/entidade, as respectivas probabilidades e impactos, medidas já adotadas e áreas responsáveis pela implementação.	Comissão de Gestão de Integridade	A definir
Elaboração e aprovação de nova versão do Plano de Integridade do CRCMG, contemplando os fatores de risco à integridade e as recomendações para mitigação desses riscos.	Comissão de Gestão de Integridade	A definir
Avaliação Anual do Programa de Integridade.	Comissão de Gestão de Integridade	A definir

9. CAMPANHAS EDUCACIONAIS E CAPACITAÇÃO

As ações de capacitação no âmbito do Programa de Integridade deverão estar relacionadas com os resultados alcançados durante a avaliação e mitigação dos riscos levantados nas áreas envolvidas e nos processos sensíveis, e consistirão em treinamentos, campanhas educacionais nos canais de comunicação do CRCMG, além da inclusão desses treinamentos no Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT), cuja periodicidade é anual.

Será necessária a apresentação do Plano de Integridade do CRCMG a todos os funcionários, delegados, conselheiros e colaboradores, visando a conscientização sobre o tema, sua importância, bem como sua exigência legal.

Caberá, ainda, como sugestão, a criação de um plano de desenvolvimento de líderes, que definirá ações de capacitação, objetivando a qualificação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos gestores em assuntos relacionados à quebra de integridade junto ao CRCMG. Esse plano deverá incluir o Conselho Diretor, conselheiros, diretores, gerentes, assessores e assistentes.

10. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O CRCMG possui canais de comunicação das instâncias de integridade disponíveis ao seu público, cuja função primordial é tratar adequadamente qualquer situação que possa configurar condutas impróprias ou violação a princípios éticos, políticas ou normas. O quadro abaixo relaciona os canais de comunicação de integridade do CRCMG disponíveis aos seus funcionários, colaboradores, delegados e conselheiros e à sociedade em geral.

Quadro 9 - Canais de Comunicação de Integridade do CRCMG		
O quê?	Como?	Quem?
Apresentar dúvida ou consulta relacionada à conduta ética de funcionário do CRCMG	Ouvidoria http://www.crcmg.org.br/ouvidoria	Comissão de Conduta
Apresentar denúncia ou representação de infração a Código de Conduta Ética	Ouvidoria http://www.crcmg.org.br/ouvidoria	Comissão de Conduta
Apresentar denúncia, sugestão, elogio, reclamação ou solicitação de providência ou de simplificação de serviços.	Ouvidoria http://www.crcmg.org.br/ouvidoria	Ouvidoria
Apresentar requerimentos de acesso a informações	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html	Diretoria Adjunta de Gestão de Recursos (Direg)
Solicitação de Simplificação de serviços	Simplifique*	Ouvidoria

* *Simplifique* – Sistema pelo qual qualquer usuário de serviços públicos pode contribuir e participar do processo de simplificação do país, fiscalizando os padrões de atendimento definidos pelo Decreto n.º 9.094, de 17 de julho de 2017.

APÊNDICE I – CATEGORIAS DE RISCOS À INTEGRIDADE

O Apêndice I relaciona as sete categorias de riscos à integridade do CRCMG

Quadro 10 - Categorias de riscos à integridade do CRCMG	
Categoria	Descrição
Conduta profissional inadequada	Deixar de realizar as atribuições conferidas com profissionalismo, honestidade, imparcialidade, responsabilidade, seriedade, eficiência, qualidade e/ou urbanidade.
Ameaças à imparcialidade e à autonomia técnica	Ser influenciado a agir de maneira parcial por pressões internas ou externas indevidas, normalmente ocorridas entre pares, por abuso de poder, por tráfico de influência ou constrangimento ilegal.
Uso indevido de autoridade	<p>Contra o exercício profissional: atentar contra os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional com abuso ou desvio do poder hierárquico ou sem competência legal para atender interesse próprio ou de terceiros. Ato movido por capricho, maldade, perseguição, vingança ou outra motivação que não se enquadre no princípio da moralidade dos atos da administração pública. Realizar transferência ou dispensa arbitrária de algum trabalho relevante, pressionar funcionário a omitir-se, por estar exercendo suas funções fiscalizatórias (ou seja, sua atividade profissional) em órgãos do próprio Estado. Proceder a qualquer tentativa de obrigar o empregado a executar o que evidentemente não está no âmbito das suas atribuições ou a deixar de executar o que está previsto.</p> <p>Contra a honra e o patrimônio: atentar contra a honra ou o patrimônio de pessoa natural (no caso, funcionário da entidade) ou jurídica com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal para atender interesse próprio ou de terceiros.</p>
Nepotismo	Nomear, designar, contratar ou alocar familiar de conselheiros ou de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança para exercício de cargo em comissão, função de confiança ou prestação de serviços no CRCMG.

continua >>>

Quadro 10 - Categorias de riscos à integridade do CRCMG

Categoria	Descrição
<p>Conflito de Interesses</p>	<p>Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo: exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas.</p> <p>Intermediação indevida de interesses privados: atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados no CRCMG ou nos órgãos ou entidades da administração pública.</p> <p>Concessão de favores e privilégios ilegais à pessoa jurídica: praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão.</p> <p>Recebimento de presentes/brindes/vantagens: receber presente, brindes ou vantagens de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em lei.</p>
<p>Uso indevido ou manipulação de dados/informações</p>	<p>Divulgação ou uso indevido de dados ou informações: divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas, bem como permitir o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações da entidade.</p> <p>Alteração indevida de dados/informações: fornecer ou divulgar dados ou informações intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa, bem como inserir ou facilitar a inserção de dados falsos em sistemas informatizados para atender interesse próprio ou de terceiros.</p> <p>Restrição de publicidade ou de acesso a dados ou informações: restringir ou retardar a publicidade ou acesso a dados ou informações, ressalvados os protegidos por sigilo, bem como extraviar ou inutilizar dados e informações para atender interesse próprio ou de terceiros.</p>
<p>Desvio de pessoal ou de recursos materiais</p>	<p>Desviar ou utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição do CRCMG, bem como o trabalho de empregados ou terceiros para fins particulares ou para desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.</p>

APÊNDICE II – ETAPAS DE CATEGORIAS DE RISCOS À INTEGRIDADE

O quadro 11 mostra as etapas da Metodologia de Gestão de Riscos utilizadas para o gerenciamento de riscos à integridade, as ações e os atores envolvidos em cada etapa.

Quadro 11 - Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos em riscos à integridade		
Etapa	Ações	Atores envolvidos
Entendimento do Contexto	Nesta etapa, foram analisados os contextos externo e interno do CRCMG, do Planejamento Estratégico e do Mapa de Gestão de Riscos, no que tange aos objetivos e macro-processos construídos e mapeados.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG
Identificação de Riscos	Foram analisados todos os riscos mapeados pelo CRCMG, efetuando o reconhecimento e descrição dos riscos à integridade baseados em eventos que possam evitar, reduzir, acelerar, atrasar ou descontinuar a realização dos objetivos. Além disso, foram levantados e mapeados os riscos de integridade existentes em todos os processos realizados no CRCMG. Também foi realizada análise do histórico de possíveis casos de quebra de integridade envolvendo a entidade e seus funcionários e reclamações encaminhadas e tratadas.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG Entrevista junto aos gerentes/assessores do CRCMG
Análise de Riscos	Nesta etapa, foram identificadas causas, consequências e controles existentes no CRCMG para tratar o(s) risco(s) à integridade.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG
Avaliação de Riscos	Definir o nível do risco, a partir dos critérios previstos na Metodologia de Gestão de Riscos do CRCMG.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG Diretores, gerentes e assessores do CRCMG Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i>
Priorização de riscos	Definir quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior.	Alta Direção Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG e Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i>

continua >>>

Quadro 11 - Aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos em riscos à integridade

Etapa	Ações	Atores envolvidos
Tratamento dos Riscos	Determinar a resposta mais adequada para modificar a probabilidade ou impacto de um risco.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i>
Monitoramento	Verificar, supervisionar, observar criticamente ou identificar as situações de riscos realizados de forma contínua para determinar a adequação e eficácia dos controles internos e atingir os objetivos estabelecidos.	Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG Controladoria Interna Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i> Diretores, gerentes e assessores do CRCMG
Comunicação	Manter e regular o fluxo de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.	Alta Direção Comissão de Gestão de Integridade do CRCMG Comissão de Governança, Riscos e <i>Compliance</i> Diretores, gerentes e assessores do CRCMG

* * *